



**TABELA PARA CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL 2017
VIGÊNCIA: 1º DE JANEIRO a 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VCTº: 31/01/2017) - (LIMITE PARA PGTº. NA REDE BANCÁRIA: 31/01/2017)**

Para os Empregadores, Empresas, Entidades sem fins lucrativos e agentes ou profissionais autônomos organizados em firma ou empresas, nos termos da legislação vigente (CLT). Elaborada conforme artigo 580, itens II e III, parágrafos 1º ao 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho. Como segue:

A) ENTIDADES OBRIGADAS AO REGISTRO DO CAPITAL SOCIAL						
GRUPO	Classe de Capital Social (em Reais)		Alíquota (%)		Parcela a Adicionar	
1	De	0,00	até	17.831,99	contribuição mínima	R\$ 142,65
2	De	17.832,00	até	26.999,99	0.80%	R\$ -
3	De	27.000,00	até	269.999,99	0.20%	R\$ 220,00
4	De	270.000,00	até	26.999.999,99	0.10%	R\$ 578,00
5	De	27.000.000,00	até	269.999.999,99	0.02%	R\$ 27.804,00
6	De	270.000.000,00		Em diante	contribuição máxima	R\$ 86.470,00

B) ENTIDADES NÃO OBRIGADAS AO REGISTRO DO CAPITAL SOCIAL			
As Firms ou Empresas e as Entidades ou Instituições, considerarão como capital, para efeito do cálculo, o valor resultante da aplicação do percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o movimento econômico (receita) registrado no exercício imediatamente anterior.			
Como exemplo:	Movimento Econômico (receita) do Ano 2016	R\$ 950.000,00	
	Percentual de 40 % (S/Movtº. Econômico)	R\$ 380.000,00 (Classe de Capital - Grupo 4)	
	Contribuição Sindical devida	R\$ 958,00 (R\$ 380,00 + R\$ 578,00)	

NOTAS:

- 1ª) As Firms ou Empresas e as Entidades ou Instituições cujo capital social for igual ou inferior a R\$ 17.831,99, estão obrigadas ao recolhimento da Contribuição Sindical Patronal mínima de R\$ 142,65, de acordo com o disposto no § 3º do artigo 580 da CLT;
- 2ª) As Firms ou Empresas e as Entidades ou Instituições cujo o capital social for igual ou superior a R\$ 270.000.000,00, recolherão a Contribuição Sindical Patronal máxima de R\$ 86.470,00 de acordo com o disposto no § 3º do art. 580 da CLT;
- 3ª) Para as que venham a estabelecer-se após os meses acima, a Contribuição Sindical Patronal será recolhida na ocasião em que requeiram, junto aos órgãos competentes, o registro ou licença para o exercício da respectiva atividade;
- 4ª) **Recolhimento em atraso (Artigo 600 da CLT *) acarretará:**
 - . **Multa** de **10%** no primeiro mês, cobrada sobre o valor principal, acrescida de **2%** a cada mês subsequente;
 - . **Juros** de mora de **1%** ao mês, calculado sobre o valor principal;
 - . **Correção Monetária** sobre o valor principal, aplicando-se o **INPC**** do período, considerando todo o período entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento.

***Art. 600** - O recolhimento da Contribuição Sindical efetuado fora do prazo referido neste Capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de 10% (dez por cento), nos 30 (trinta) primeiros dias, com o adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros e mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, ficando, neste caso, o infrator, isento de outra penalidade.

§ 1º - O montante das cominações previstas neste artigo reverterá sucessivamente:

- a) ao Sindicato respectivo;
- b) à Federação respectiva, na ausência do Sindicato;
- c) à Confederação respectiva, inexistindo Federação.

§ 2º - Na falta de sindicato ou entidade de grau superior, o montante a que alude o parágrafo precedente reverterá à conta "Emprego e Salário".

****ACÓRDÃO : TRT – PR – 07285 – 2007 – 872 – 09 – 00 – 4 – ACO – 40510 – 2008 – 1A. TURMA”.**

Central de Atendimento

Rua Paissandú, 113- Bairro Orpheu Baís - Campo Grande - MS - CEP 79.005-070

Fone (67) 3382-7548

(67) 3043-5548